



Município de Capanema - PR

LEI Nº 1.607, DE 16 DE FEVEREIRO DE 2017.

Altera a redação da Lei 1.450/2013.

A Câmara Municipal de Capanema, Estado do Paraná, aprovou e o Prefeito do Município de Capanema sanciona a seguinte:

LEI

Art. 1º O art. 2º da Lei Municipal nº 1.450/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º A contratação de profissionais por meio desta Lei visa exclusivamente suprir a falta de docentes e servidores de carreira nos casos de licenças e vacância de cargos públicos.

Art. 2º O art. 3º da Lei Municipal nº 1.450/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º São criados os seguintes cargos e números de vagas:

I - até 55 vagas para docentes;

II - até 15 vagas para educadores infantis;

III - até 05 vagas para auxiliares administrativos;

IV - até 20 vagas para serviços gerais;

V - até 02 vagas para profissionais de Educação Física e treinadores de modalidades esportivas;

§ 1º O prazo dos contratos de trabalho dos profissionais contratados por esta Lei será de no máximo um ano, prorrogáveis até dois anos.

§ 2º Os prazos dos contratos de trabalho serão definidos conforme a necessidade da administração, não havendo obrigatoriedade de um prazo mínimo.

§ 3º Havendo necessidade da Administração, em razão de eventuais licenças ou afastamentos, poderá ser determinada a realização de serviços extraordinários pelos profissionais contratados por meio desta Lei, respeitando a legislação em vigor.

§ 4º A convocação para realização de serviços extraordinários deverá respeitar a ordem de classificação do processo seletivo simplificado, dentre os profissionais já contratados.



Município de Capanema - PR

Art. 3º O art. 4º da Lei Municipal nº 1.450/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º A seleção do pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feita mediante processo seletivo simplificado sujeito a ampla divulgação e obedecido os critérios de seleção previstos no respectivo edital.

§ 1º A validade do processo seletivo simplificado deverá ser de um ano, permitida a sua prorrogação por mais um ano.

§ 2º A contratação será feita pelo Regime Geral de Previdência Social, dentro das normas trabalhistas.

§ 3º O vencimento dos profissionais contratados mencionados nos incisos I e II do art. 3º será o piso salarial para o magistério.

§ 4º O vencimento dos profissionais contratados mencionados nos incisos III e IV do art. 3º será o salário mínimo previsto em legislação municipal para os respectivos cargos.

§ 5º O vencimento dos profissionais contratados mencionados no inciso V do art. 3º será de R\$ 1.342,50 (mil trezentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos).

Art. 4º O art. 5º da Lei Municipal nº 1.450/2013 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Para dar suporte as despesas de que trata esta Lei, serão utilizados os recursos oriundos das dotações orçamentárias específicas de cada Secretaria, previstas junto a LOA do respectivo exercício financeiro, respeitada a lotação de cada profissional contratado.

Art. 5º A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, aos 16 dias do mês de fevereiro de 2017.

Américo Bellé
Prefeito Municipal